

*“ELES SÃO TODOS DA MAÇONARIA!” A MAÇONARIA COMO PODER POLÍTICO E SOCIAL EM PORTUGAL**“THEY ARE ALL FROM FREEMASONRY!” FREEMASONRY AS A POLITICAL AND SOCIAL POWER IN PORTUGAL*

Francisco Santos Silva*
francisco.silva@gmail.com

RESUMO: A maçonaria em Portugal tem uma história longa, aparecendo pouco depois da sua fundação no formato moderno em Inglaterra no séc. XVIII. Esta história, pelo menos a partir do final do séc. XIX é também uma história profundamente entrecruzada com a política de Portugal. A maçonaria foi determinante na implantação da República, na resistência ao regime fascista e nos governos após a restauração da democracia em 1974. No entanto, o papel atual da maçonaria na política Portuguesa é muito pouco claro, não porque não esteja presente, mas porque a cobertura mediática dos assuntos relacionados com a maçonaria mistura acontecimentos reais, com teorias da conspiração, ideias fantasiosas e uma geral falta de conhecimento sobre a prática e ideias maçónicas. Este artigo procura dar uma breve visão do impacto político da maçonaria na história de Portugal e também examinar como esta influência política é representada hoje em Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: Maçonaria; Política; Portugal.

ABSTRACT: Freemasonry has a long history in Portugal, appearing shortly after its foundation in its current mould in England, in the 18th century. This history, at least since the end of the 19th century is also deeply interconnected with Portuguese politics. Freemasonry was instrumental in the creation of the Portuguese Republic, in resisting the fascist regime and in the governments after the restoration of democracy in 1974. However, the current part that Freemasonry plays in Portuguese politics is very unclear, not due to it being absent, but because media coverage of subjects related to Freemasonry mixes actual occurrences with conspiracy theories, fantastic ideas and a general lack of knowledge on the practice and ideals of Freemasonry. This article seeks to provide a brief overview of the political impact of Freemasonry in Portuguese history, and also to examine how this political influence is today presented in Portuguese media.

KEYWORDS: Freemasonry; Politics; Portugal.

Introdução

A presença de sociedades secretas ou, cuja perceção externa é a de secretismo em qualquer sociedade, é sempre alvo de suspeita pela parte dos cidadãos externos à mesma. Portugal não é uma exceção a esta regra mas, possivelmente pelo seu tamanho diminuto, com uma população que ronda os 10 milhões de habitantes, bem como a presença de maçons em cargos altos da sociedade Portuguesa, esta suspeita está particularmente presente na sociedade Portuguesa. Artigos sobre a maçonaria fazem frequentemente parte dos jornais e revistas nacionais, desde os considerados menos fiáveis até aos vistos como mais isentos e menos fantasiosos. Este interesse pela maçonaria é tal, que chegam mesmo a haver artigos nas capas dos jornais e revistas, bem como a criação de todo um mercado de livros sobre a maçonaria, muitos dos quais pouco mais são do que promotores de teorias de conspiração,

* Investigador associado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa. Pesquisador do Centro de História do Além Mar (CHAM). Doutor em Religião e Teologia pela Universidade de Manchester.

frequentemente ligados à direita política, mas também a produção de livros que em resposta pretendem um estudo mais académico do fenómeno maçónico, passando também por livros com um conteúdo proselitista que servem de apologia à maçonaria.

Neste artigo não se procura chegar a nenhuma conclusão definitiva sobre o valor de verdade das teorias de conspiração, ou dos apologistas da maçonaria, mas sim ver como este fenómeno está espalhado pela vida pública Portuguesa. Para tal, é necessário contextualizar a maçonaria em Portugal. Na fase inicial deste artigo faremos então um resumo da história da maçonaria em Portugal, desde o seu estabelecimento, aprofundando a sua importância na história recente do país, particularmente durante a implantação da república em 1910, a posterior ditadura fascista que governou o país entre os anos 20 e 1974, bem como a história da maçonaria pós-1974 e os seus momentos mais importantes no Portugal contemporâneo. Após isto veremos então como a maçonaria se encontra presente na vida pública portuguesa, analisando a proliferação de publicações sobre esse tema. Finalmente, analisaremos algumas das teorias da conspiração sobre a maçonaria em Portugal. É também nesta secção que analisaremos as implicações políticas, não só da maçonaria como também das conspirações acerca da mesma. Passemos então primeiro a um pequeno resumo da história da maçonaria em Portugal.

História da Maçonaria em Portugal

Tendo a maçonaria como ordem moderna sido iniciada em Inglaterra, e sendo Portugal, particularmente Lisboa, um ponto de passagem de mercadores e marinheiros, é natural que as primeiras lojas maçónicas do país estejam intimamente ligadas com a tradição inglesa maçónica. Em 1733 existem já em Lisboa 2 lojas maçónicas, uma em que predominam Ingleses protestantes e outra composta principalmente por Irlandeses católicos. Por volta de 1770 existem já lojas Portuguesas, a primeira tendo aparecido no Funchal, na Ilha da Madeira por essa altura. Todas estas lojas nesta fase inicial da implantação da maçonaria em Portugal são de influência Inglesa, deístas e bastante apolíticas, de facto não há registo de grande atividade política ligada a estas lojas, sendo essa uma característica mais presente nas escolas francesas, as quais, como podemos ver não tinham grande influência na prática maçónica Portuguesa. De tal forma a influência Inglesa estava presente nas lojas, que segundo uma testemunha, no Funchal o juramento de obediência era feito ao Príncipe de Gales, e não ao monarca Português.

Nota-se nesta descrição uma certa despreocupação política da parte das primeiras associações maçónicas em Portugal, por natureza liberais, com ideias filosofistas e deístas, mas principalmente de preocupação com o nível cultural e não político. No entanto, é de política que se fala quando se menciona a maçonaria em Portugal nos dias de hoje. Como é que então se deu esta reviravolta ideológica? Como já vimos anteriormente, a característica política da maçonaria é algo que está historicamente mais presente na versão maçónica francesa, com o jacobinismo e com a associação da maçonaria à luta contra o absolutismo monárquico e a sua interferência na revolução francesa, de forma a avançar os seus ideais liberais.

No entanto, em Portugal, mesmo após a revolução Francesa, esta vertente política da Maçonaria não está presente de forma significativa em nenhuma das lojas do país. Isto não quer dizer, obviamente, que não houvesse maçons com fortes ideias políticas alinhadas ao jacobinismo francês, mas estes seriam indivíduos e não representantes de ideias centrais de qualquer uma das lojas Portuguesas. No entanto, nem sempre seria este o caso, e mesmo antes de a maçonaria se politizar em Portugal existiam já rumores e propaganda antimaçónica que a considerava perigosa para a nação portuguesa.

Um dos grandes promotores da ideia de maçonaria, como sinónimo de política revolucionária em Portugal, foi Diogo Inácio de Pina Manique, Intendente-Geral da Polícia Portuguesa durante o reino de D. Maria I, e sendo já antes um homem da confiança de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. Influenciado por escritos franceses, particularmente o *livro Mémoires pour servir à l'histoire du Jacobinisme* do Jesuíta Augustin Barruel, uma obra fundadora das teorias da conspiração sobre os Illuminati e a maçonaria como forças políticas ocultas, que procuravam subverter as monarquias europeias e o Catolicismo, Pina Manique culpabiliza os maçons pela revolução francesa e dedica-se à supressão dos maçons portugueses. O medo das monarquias europeias de um efeito dominó causado pela revolução francesa justifica na mente de Pina Manique a repressão dos maçons, mesmo que em Portugal as lojas fossem maioritariamente de base inglesa e logo não associadas com o Jacobinismo francês (SILVA DIAS, 1980, p. 402). É neste momento que as teorias da conspiração sobre a força política das sociedades secretas se enraízam em Portugal através de propaganda antimaçónica, como diz Silva Dias:

O discurso político processa-se da mesma maneira que a literatura de massas. É uma linguagem narcotizante que recorre à palavra-choque, a palavra que desencadeia imediatamente a imagem requerida (e não a palavra mediatizada) e que, por conseguinte, dispensa da parte do receptor a reflexão e a crítica. Mação é igual a jacobino, igual a partidário dos Franceses, igual a traidor. (SILVA DIAS, 1980, p. 402)

Este género de linguagem aqui descrito, que recorre ao choque e à associação fácil de ideias negativas com um grupo que é visto como tendo algo a esconder, não se irá alterar substancialmente durante todo o séc. XIX bem como mais tarde no séc. XX e até aos nossos dias, como veremos mais abaixo quando discutirmos a presença pública da maçonaria no Portugal contemporâneo. No entanto, esta caracterização dos maçons como jacobinos, antimonárquicos e anticlericais acabaria por ser profética, pois se ainda não o eram no início do séc. XIX, quando Pina Manique os acusa de tal, a verdade é que durante esse mesmo século existem claramente elementos organizados dentro da maçonaria com tendências republicanas e revolucionárias que irão alterar a história de Portugal. Perversamente são estas perseguições de maçons do início do séc. XIX que levam em grande parte à “jacobinização” da maçonaria Portuguesa. A presença Inglesa em Portugal após as invasões Francesas e o apoio do governo Português a Inglaterra causa um descontentamento generalizado em algumas classes portuguesas. Este descontentamento, aliado às perseguições que remetem a maçonaria cada vez mais para um contexto clandestino, acaba por resultar num enfraquecimento do elemento anglófilo nas lojas Portuguesas e um enfraquecimento das próprias lojas, a maior das quais era a loja do Grande Oriente Lusitano (GOL) ainda hoje sendo a maior loja portuguesa. É aqui que se dá a grande reviravolta na maçonaria portuguesa e em que entra o elemento político em força no contexto maçónico português. Silva Dias resume a situação da maçonaria no momento de transição na primeira metade do séc. XIX

O desmantelamento sofrido pela instituição maçónica, devido às perseguições dos anos 1809, 1810 e 1811, não lhe permite já desempenhar qualquer papel, quer como veículo ideológico, quer como congregação de forças. [...] um sentimento crescente de hostilidade contra o partido anglófilo no poder e uma maçonaria moribunda. Fácil se torna agora à facção jacobina apoderar-se dos comandos da ordem maçónica. É então que a Maçonaria muda em Portugal, trocando, para sempre, a bandeira da Inglaterra pela bandeira da França. (SILVA DIAS, 1980, p. 402)

Está então montado o cenário para uma maçonaria mais politicamente interventiva e revolucionária partilhando dos valores iluministas e jacobinos da França revolucionária. Aquilo que Pina Manique temia torna-se realidade em parte devido ao seu medo e

propaganda antimaçónica. Esta mudança na atitude da maçonaria perante a política tem efeitos dramáticos no início do séc. XX como veremos na próxima secção.

Política e Maçonaria no início do Séc. XX em Portugal

O Século XX em Portugal foi marcado por três grandes momentos na vida histórica e política do país, o primeiro sendo a instauração da República em 1910, o segundo sendo a instauração da Ditadura Nacional em 1926 seguida da ditadura do chamado Estado Novo entre 1933 e 1974 e por último a revolução democrática de 1974 que restaurou a democracia ao país.

De uma forma ou outra, a maçonaria esteve envolvida nestes três processos políticos direta ou indiretamente, por vezes como participante ativo e noutras vezes como participante passivo ou simples organização de pessoas com ideias semelhantes sobre o estado político Português.

Voltando um pouco atrás aos anos 20 do séc. XIX vemos já a participação da maçonaria e particularmente de sociedades maçónicas armadas e revolucionárias, nomeadamente a carbonária, na revolução liberal que pôs fim ao absolutismo de D. Miguel (FERNANDES, 2008, p. 114). No entanto, o papel da Maçonaria, mais particularmente das associações carbonárias, seria ainda mais dramático no início do séc. XX. Como já vimos acima, a maçonaria trocou as suas influências inglesas por ideias importadas de França que vêm inspirar princípios antimonárquicos e anticlericais jacobinistas nas ordens maçónicas Portuguesas. A luta pela causa liberal em 1820 é já exemplo disto, como também o é o apoio pela causa republicana no início do séc. XX. Na verdade, no período que antecede a implantação da república em Portugal em 1910, vemos uma aliança tripartida entre os partidos políticos republicanos, a maçonaria composta por um conjunto de intelectuais frequentemente partidários republicanos e, por último, as associações carbonárias que servem de braço armado defendendo os princípios jacobinos pela força se necessário. Esta aliança entre estes três grupos não é completamente harmoniosa, particularmente tendo em conta que muitos dos republicanos e maçons desaprovavam dos métodos carbonários. No entanto, mesmo que os meios fossem por vezes distintos, os fins eram semelhantes e a associação da maçonaria e da carbonária era explícita, participando muitos membros nos dois grupos. A carbonária era uma associação popular por excelência sendo muitos dos seus recrutas militares, estudantes e até camponeses e operários. Isto torna-a distinta da

maçonaria que é mais elitista na sua composição preferindo membros das classes intelectuais e profissões liberais. No entanto, este fator leva a que a carbonária atinga no início do século um tamanho inusitado e uma força revolucionária enorme no contexto Português:

(...) a Carbonária deu um salto mobilizador que lhe permitiu atingir cerca de dez mil membros, com oito mil em Lisboa e cerca de dois mil na margem Sul, ao mesmo tempo que admitia a integração de anarquistas e promovia a constituição de uma “artilharia civil” com várias oficinas dedicadas ao fabrico de bombas. Em 1909, a organização, apoiada pelo próprio Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, lançou-se na “catequetização” de quartéis (...) (FERNANDES, 2008, p. 119)

Esta “catequização” de quartéis demonstra a tentativa, com um grande grau de sucesso, de recrutar membros entre a classe militar, algo que foi essencial para o sucesso da revolução republicana que ocorreria em 1910.

No entanto, antes da implantação da república em 1910, a carbonária tinha já participado em atividades de alto-relevo público, a mais marcante das quais tendo sido sem dúvida o regicídio que tira a vida ao Rei D. Carlos I e ao Príncipe Real D. Luís a 1 de Fevereiro de 1908. Este atentado em muito contribui para o enfraquecimento da monarquia em Portugal e o seu eventual fim 33 meses depois. É então que a 5 de Outubro de 1910 é implantada a república baseada nos ideais liberais cujas ideias são promovidas pelas associações maçónicas em Portugal tendo a carbonária como braço armado levado a cabo as ações revolucionárias que levam a este desfecho.

Após a implantação da república, muito do ímpeto para a existência de associações como a carbonária deixa de existir, e acabar-se-á por extinguir nos anos seguintes. O mesmo não é verdade quando nos referimos à maçonaria como a associação mais elitista e virada para as ideias liberais. De facto, quase se pode ver a primeira república que dura de 1910 a 1926 como uma encarnação política dos ideais maçónicos. Isto está particularmente presente nos planos de educação da época, bem como nos ideais liberais e anticlericais da primeira república. Outra forma de comprovar este envolvimento maçónico pode ser visto pela composição dos governos da primeira república:

Com efeito, entre as novas autoridades abundavam os maçons, a começar pelo Governo Provisório, do qual faziam parte os irmãos Teófilo Braga, António José de Almeida, Afonso Costa, Correia Barreto e Bernardino Machado, isto é, metade do elenco ministerial. Por todo o país o panorama era semelhante: nas comissões administrativas das câmaras municipais, nos governos civis, nos diversos cargos de nomeação governamental, muitos

membros da Maçonaria, e que eram, simultaneamente, republicanos de projeção regional ou local, passaram, naturalmente, a ocupar aqueles lugares. (...) mais de metade dos ministérios da Primeira República foi presidida por maçons e que a totalidade do seu tempo de governo se elevou a mais de 65% do período completo da República Democrática. (FERNANDES, 2008, p. 150-151)

É pois inegável a influência política da maçonaria nos primeiros anos da república portuguesa. Também é visível que há um conteúdo programático forte nessa mesma maçonaria, liberal, antimonárquica e anticlerical, que por isso mesmo entra em conflito direto com as forças mais conservadoras da sociedade Portuguesa, não só forças do campo político, mas também religioso. Quando falamos de um país como Portugal, que é bastante homogêneo no seu Catolicismo, não podemos deixar de prever um conflito natural entre a maçonaria e o catolicismo mais conservador. A igreja católica é já por si oposta à maçonaria como sociedade secreta, com rituais e crenças próprias fora do sistema eclesiástico, no entanto, a maçonaria de influência francesa com a sua forte oposição à religião e às forças conservadoras torna este conflito ainda mais feroz. Como seria de esperar a reação antiliberal e, por consequência, antimaçónica, fazer-se ia sentir pouco depois da implantação da república com a instauração de ditaduras de extrema-direita a partir de 1926 em Portugal.

A Maçonaria durante o Estado Novo e o seu papel na Revolução Democrática

Num país que era até há pouco tempo uma monarquia e cuja população era quase totalmente católica, com a exceção de algumas elites intelectuais nos grandes centros urbanos, que na altura se resumiam a Lisboa, Porto e Coimbra (esta última devido à sua população estudantil mais do que ao seu tamanho), a resistência ao liberalismo iria fazer-se sentir mais cedo ou mais tarde. Se aliarmos a isto o facto de em toda a Europa haver um ressurgimento do conservadorismo que se tornaria mais tarde no fascismo de Itália, Espanha e Alemanha, é natural que essas forças reacionárias se fizessem sentir também em Portugal. Outro fator determinante para o falhanço da primeira república foi também a incerteza política que se fez sentir desde 1910, com constantes mudanças de governo, atentados, planos falhados e um mau panorama económico.

No seguimento então das outras ditaduras fascistas da Europa, também Portugal passa a esse regime em 1926 com uma ditadura militar que se torna numa ditadura mais nacionalista e autocrática absolutamente dentro dos critérios fascistas a partir de 1933. Como é natural, e tendo em conta aquilo que já vimos acima, estes regimes antidemocráticos e

autoritários são por natureza antimaçónicos, a própria ideia de sociedades secretas em que os membros se reúnem para ter discussões em privado aparece como uma ameaça aos regimes, ainda mais tendo em conta as tendências jacobinistas, democráticas e republicanas da maçonaria portuguesa, que tinha já dado origem a uma drástica mudança governativa em 1910. Existiam também maçons a favor da ditadura, particularmente na sua primeira forma de ditadura militar, ainda que minoritários mas, a maçonaria é e era já na altura uma associação diversa em termos de orientação política, se bem que tendo geralmente uma tendência liberal.

A posição da ditadura chamada do Estado Novo, em relação à maçonaria, é oficializada a partir de 1935 com a “Lei n.º 1901, de 21 de Maio de 1935” que em cinco artigos obriga à identificação de todos os membros de todas as associações e institutos em território Português, obrigando também à dissolução de associações definidas como:

- a) As associações e institutos que exerçam a sua actividade, no todo ou em parte, por modo clandestino ou secreto;*
- b) Aquelas cujos sócios se imponham por qualquer forma a obrigação de ocultar à autoridade pública, total ou parcialmente, as manifestações da sua actividade social;*
- c) Aquelas cujos directores, ou representantes, depois de solicitados, nos termos do artigo 1.º ocultarem à autoridade pública os seus estatutos e regulamentos, a relação dos seus sócios, com a indicação dos diferentes cargos e das pessoas que os exercem, o objecto das suas reuniões e a sua organização interna, ou prestarem intencionalmente informações falsas ou incompletas sobre tais assuntos. (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1935)*

No terceiro artigo a lei impede qualquer cargo público a qualquer pessoa que faça ou tenha feito parte de qualquer das associações definidas no artigo 2. O quarto artigo afirma que os bens de todas essas associações deverão ser vendidos e o lucro reverter para a assistência pública e, por último, ordena a mesma lei a todas as colónias Portuguesas.

Como é claro pelo segundo artigo, esta lei dirige-se especificamente à dissolução da maçonaria e também da carbonária, que já estaria extinta nesta altura. Como seria de prevêr no entanto a simples passagem desta lei não acaba com a maçonaria, apenas a tornando mais secreta ainda, passando ao mundo clandestino e frequentemente de resistência ao regime fascista.

A maçonaria em Portugal passou portanto a ser uma associação propriamente secreta e clandestina nos longos anos desde a sua proibição oficial em 1935 e a revolução que restaurou a democracia em 1974. Não é por isso estranho que tenham feito parte dela muitos

dos resistentes à ditadura e, mais especificamente aqueles políticos que seriam determinantes para a queda do regime, bem como políticos que teriam particular presença no poder político após o fim da ditadura.

A resistência à ditadura fascista compôs-se de dois grandes grupos, um dos quais, associados ao Partido Comunista Português (PCP), existia geralmente à parte da maçonaria, até porque a dupla filiação no PCP e na maçonaria era proibida desde 1922, através das diretrizes do IV Congresso da Internacional Comunista. É também de notar que em Portugal o PCP tinha uma grande componente de seguidores fora dos centros urbanos e das suas elites, onde a maçonaria tinha os seus membros naturais desde sempre.

O outro grande grupo de resistentes estaria ligado ao que mais tarde seria o Partido Socialista (PS), mais moderado e essencialmente pertencente a uma esquerda liberal e social-democrata. É neste último grupo que vamos encontrar uma grande parte dos maçons em oposição ao regime fascista. Continuamos aqui a ver uma maçonaria, particularmente nas lojas associadas ao Grande Oriente Lusitano (GOL), maior loja de Portugal, preocupada com ideias de liberalismo e democracia, as mesmas que levam à sua intervenção na implantação da república meio-século antes. Muitos dos envolvidos na revolução de 25 de Abril de 1974, que levou ao fim da ditadura, bem como muitos dos políticos, deputados, secretários de estado, ministros, primeiros-ministros e presidentes da república portuguesa desde essa altura estão ou estiveram em algum ponto da sua vida diretamente ligados à maçonaria. Este envolvimento, que advém em grande parte do facto da resistência clandestina ao antigo regime fascista se ter processado também dentro das lojas maçónicas e, daí terem surgido muitos dos membros da primeira geração de políticos que vêm substituir os governadores da ditadura, é, no entanto, um campo muito fértil para teorias da conspiração e ideias de que nem tudo é transparente na política portuguesa. O secretismo, elitismo e a natureza recatada das ordens maçónicas contribui em muito para isto, tal como a falta de compreensão histórica e sociológica da sua origem pela maior parte dos portugueses. Vejamos então como a maçonaria é representada na vida pública e nos média portugueses, bem como as teorias da conspiração que a acompanham.

Presença pública da maçonaria em Portugal

A política do século passado foi então, como podemos ver, fortemente moldada por pessoas e movimentos políticos ligados à maçonaria em Portugal. A maçonaria tornou-se

quase como um partido político oculto em Portugal. Não sendo necessariamente homogênea durante este tempo, há desde o final do séc. XIX uma tendência liberal de esquerda em grande parte das suas ideias. No entanto, em épocas mais recentes outras vertentes mais conservadoras da maçonaria têm surgido e ganho força no panorama Português, primeiro com a fundação da Grande Loja Regular de Portugal (GLRP), que por sua vez iria criar através de uma cisão interna a Grande Loja Legal de Portugal (GLLP). Estas duas lojas, que entretanto se voltaram a juntar numa só como GLLP/GLRP, nascem precisamente de um desacordo com o Grande Oriente Lusitano (GOL), a primeira ordem Portuguesa, e ainda a com maior número de membros. Este desacordo é essencialmente político e religioso, algo que no contexto Português está geralmente relacionado, sendo as forças de esquerda mais anticlericais e agnósticas ou ateias e as forças de direita e conservadoras mais intimamente ligadas à igreja Católica. O GOL, sendo a ordem que desde o final do séc. XIX esteve envolvida nos grandes movimentos liberais de Portugal, não é visto como sendo especialmente acolhedora a membros de direita ou católicos, daí o nascimento do GLLP/GLRP que sendo “regular” e associada à tradição inglesa da maçonaria melhor acomoda pessoas de direita e religiosas, bem como conservadoras, sendo que não aceita, por exemplo, membros femininos, ao contrário do GOL.

É portanto, difícil hoje apontar na maçonaria portuguesa uma única cor política. O nascimento das lojas regular e legal vieram permitir que membros de todo o espectro político se sintam bem-vindos em alguma das lojas maçónicas portuguesas. Historicamente e na perceção popular, a maçonaria continua a ser vista como essencialmente uma organização da esquerda liberal, o que tem alguma razão de ser visto que o GOL continua a ser a ordem com o maior número de membros. Na imaginação popular a direita é mais associada com organizações católicas como a Opus Dei que é frequentemente vista como o reverso da medalha política no que diz respeito à maçonaria.

Chegando então à época contemporânea e aos dias de hoje, interessa agora analisar alguns exemplos de casos mediáticos, muitas vezes presentes nos média menos respeitáveis, os vulgos “tabloides”, mas também os casos que tiveram impacto a nível nacional. A maçonaria tem frequente lugar nas capas de jornais e revistas, a eleição de um novo grão-mestre é caso para uma notícia ou entrevista nos maiores meios de comunicação e, se algum escândalo político tem pessoas envolvidas com ligações a lojas maçónicas, mesmo que estas

ligações não sejam relevantes para o escândalo em si, os média não perdem a oportunidade de se focar nesse tema devido à sua popularidade.



Fig. 1 – Jornal Tal & Qual (capa)

Passemos então a alguns exemplos de notícias que fizeram manchete dos principais jornais portugueses nos últimos anos relacionadas diretamente com a maçonaria. O título deste artigo “Eles são todos maçons!” é tirado de uma capa do jornal *Tal & Qual* de 26 de Maio de 1995 (fig.1) no qual, acompanhando este título, são expostas várias personalidades que são apontadas como sendo maçons. Estas personagens vão desde políticos (João Soares) a toureiros (Mário Coelho), jornalistas (Carlos Fino), escritores (Mário Zambujal) até cozinheiros famosos pelas suas aparições na televisão (Michel Costa). É difícil perceber qual o objetivo de tal notícia, o leque apresentado é tão variado e inclui pessoas, algumas influentes e outras não tanto, em diversos meios que vão das touradas à cozinha, que pode parecer um pouco aleatório. E é aleatório na verdade. A intenção desta reportagem como a de muitas outras é dar a sensação que a maçonaria está infiltrada em todas as classes e profissões, que é inescapável e que é uma teia que controla toda e qualquer atividade em Portugal. Este género de notícias é frequente nos tabloides, não só o já extinto *Tal & Qual*, mas também no jornal de maior tiragem em Portugal, o *Correio da Manhã*. Estes jornais não se preocupam

tanto em apresentar provas de real influência maçónica, mas sim na criação de uma sensação geral de paranoia e de conspiração oculta que impregna toda a sociedade Portuguesa.

No entanto, notícias que implicam a maçonaria em todo o género de atividades não são exclusivas dos tabloides, fazendo também parte das manchetes dos jornais considerados respeitáveis e fontes fidedignas nos média portuguesas. Um exemplo disto pode ser encontrado na capa do *Diário de Notícias* de 13 de Novembro de 2011 com o título “Ex-juiz acusa maçonaria de controlar a justiça” (fig. 2). Este artigo não apresenta quaisquer provas desta afirmação exceto a própria afirmação do ex-juiz José da Costa Pimenta:

O sistema de justiça Português é constituído por lojas maçónicas e controlado pela maçonaria. Além de controlar as decisões dos processos, (...) controla igualmente a carreira dos juizes e magistrados do Ministério Público e dos altos funcionários do Estado. (COSTA PIMENTA, 2011, p. 1)



Fig. 2 – Diário de Notícias (Capa)

O que não está presente nesta primeira página, mas sim na continuação da história no interior do jornal é o facto de este ex-juiz não ser “ex” por ser aposentado, mas sim por ter sido afastado devido a processo disciplinar. Este mesmo juiz é também autor de livros com teorias no mínimo estranhas, como *Salazar, o Maçon* (fig. 3), que, ao contrário de tudo o que podemos constatar até agora sobre a história da maçonaria em Portugal, identifica o ditador fascista como membro da maçonaria baseando-se em rumores e provas circunstanciais. (Costa Pimenta, 2009)



Fig. 3 - Costa Pimenta – Salazar o Maçon

A maior parte destas obras e afirmações de história “pop”, como a que afirma a filiação maçónica de Salazar, passa sem crítica do ponto de vista académico ou editorial, são publicados por editoras respeitáveis sem qualquer revisão de fontes ou da veracidade das suas afirmações. Uma exceção a este caso é, por exemplo, esta afirmação proferida numa entrevista por António Araújo, historiador e jurista que tem isto a dizer sobre a obra de Costa Pimenta:

Às tantas, Costa Pimenta começou a ver maçons em todo o lado - incluindo Salazar. Diz no livro que até Cristo usava avental... Admito que é difícil escrever sobre um livro destes, que é uma insanidade do princípio ao fim. Mas os críticos e historiadores não escrevem sobre este livro e outros do género porque acham que não têm dignidade suficiente para que se escreva sobre eles. É o snobismo das elites intelectuais, que desprezam estas coisas. (ARAÚJO, 2012)

Estes são dois exemplos do género de notícias que aparece nos média portugueses sobre a maçonaria, histórias que têm como objetivo a criação de um ambiente de desconfiança e paranoia, particularmente no que diz respeito às instituições políticas e estatais. Como vimos ao longo de todo este artigo a maçonaria teve e continua a ter uma forte influência política em Portugal mas, a forma como os média hoje apresentam a maçonaria põe

de parte as complexidades históricas em favor de histórias não comprovadas, sensacionalistas e simplistas que criam uma desconfiança geral em relação às atividades das ordens maçónicas.

Conclusão

A importância política da maçonaria na história de Portugal é inegável. Esta influência, se bem que teve a sua expressão maior no início do séc. XX continua nos dias de hoje. No entanto, é preciso notar, especialmente numa época em que se fala tanto em “notícias falsas”, que muitas das ações e influências apontadas à maçonaria no Portugal de hoje pouco passam de teorias da conspiração derivadas, em muitos casos, de uma ignorância sobre o funcionamento e história da própria maçonaria. Por outro lado, estas notícias têm o efeito perverso de ocultar a real importância e influência política das ordens maçónicas em Portugal. Quanto mais os jornais e revistas se perdem em teorias com pouca ou nenhuma base factual, mais desacreditam a ideia de um “complot” político entre as classes mais instruídas misturando o factual com o ficcional, tornando qualquer notícia sobre a maçonaria duvidosa. Quando se publicam livros e notícias sobre o ditador fascista Salazar ter sido maçom, ou o sistema judicial ser “constituído por lojas maçónicas”, histórias que são patentemente falsas e que não batem certo com a própria história da maçonaria, torna-se fácil desacreditar toda a influência política das lojas maçónicas. No entanto, como este artigo procura mostrar, essa influência é real, apenas não da forma fantasiosa como é apresentada nos média Portugueses.

É difícil ter fontes fidedignas para a influência atual da maçonaria em Portugal, não só porque é composta de organizações que são por natureza secretas, mas porque o trabalho de separar a verdade da fantasia se torna difícil quando os média estão minados de histórias de valor duvidoso, que alimentam noções vagas de forças ocultas a controlar a política e o país, em vez de uma procura séria e firmada em provas sobre como a maçonaria e os seus princípios podem alimentar posições políticas nos seus membros. Para que este tipo de investigação possa acontecer há uma grande necessidade de um estudo cuidado dos elementos esotéricos, ideológicos e práticos da maçonaria que num país como Portugal, onde o estudo das Religiões é quase inexistente quanto mais o estudo do esoterismo, se torna difícil pois faltam as bases metodológicas e teóricas para o fazer no mundo académico. A maçonaria é sem dúvida uma força poderosa na sociedade Portuguesa, mas a sua real dimensão é

ocultada por fantasias, teorias da conspiração e falta de compreensão histórica, política e estrutural do papel das ordens secretas no panorama social do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, António. As livrarias estão cheias de lixo sobre Salazar. *Expresso*, 25/09/2012, 2012.

COSTA PIMENTA, José. *Salazar o Maçon*. Lisboa: Bertrand, 2009

COSTA PIMENTA, José. *Diário de Notícias*, Lisboa, 13 de Novembro de 2011.

FERNANDES, Liliana Raquel Rodrigues *Maçonaria e Implantação da República*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2008.

SILVA DIAS, Maria da Graça. Anglismo na Maçonaria em Portugal no limiar do séc. XIX *Análise Social*. Lisboa, v. XVI, 1980.

VÁRIOS, Lei n.º 1901, de 21 de Maio de 1935. Lisboa, *Diário da República 21 de Maio de 1935*, 1935. <https://dre.pt/application/file/577427>